

# As relações entre os Estados Unidos e a América Latina na era de Donald Trump: com uma retrospectiva histórica

*Arturo Valenzuela*

*Arturo Valenzuela é professor Emérito de Ciência Política e fundador do Centro de Estudos Latino-Americanos da Georgetown University, em Washington, D.C.*

Ao retornar à Presidência dos Estados Unidos da América em janeiro de 2025, Donald Trump começou a pensar em como poderia retaliar pelo que considerava o mau tratamento recebido quando perdeu a reeleição em 2020 e tentou impedir a eleição de Joseph Biden — incitando um ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, dia em que Biden foi proclamado presidente eleito por Mike Pence, vice-presidente do próprio Trump, na qualidade de presidente do Senado.

De volta à Casa Branca, Trump também buscava se vingar dos membros do sistema judiciário, que o haviam julgado e condenado por vários atos de corrupção durante a administração Biden. Mas, acima de tudo, ele começou a tomar medidas deixando claro que assumia a presidência com um objetivo primordial: dismantelar o regime democrático do país, cuja constituição se baseia nos freios e contrapesos de suas instituições. Seu objetivo é marginalizar e ignorar o Congresso dos Estados Unidos, o Poder Judiciário e, sobretudo, as autoridades estaduais.

Sem disfarçar seu narcisismo patológico, Donald Trump buscava, segundo suas próprias declarações, firmar-se como o presidente mais

bem-sucedido da história dos Estados Unidos. Para isso, adotaria gestos extravagantes: incluir seu nome no The John F. Kennedy for the Performing Arts, que passou a se chamar The Trump Kennedy Center; transformar parte da Casa Branca em um salão dourado e criticar as instituições do Prêmio Nobel da Paz por não tê-lo escolhido — apesar de, segundo ele, ter resolvido múltiplos conflitos ao redor do mundo.

Imediatamente após a posse, em 20 de janeiro de 2025, ele passou a desmantelar organizações do governo federal como a USAID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), cujos programas em todo o mundo apoiavam populações vulneráveis. O mesmo fez com o NED (National Endowment for Democracy, fundação que apoia a democracia em diversos países) e com outros programas do Departamento de Estado e de ministérios dedicados à Educação, à Saúde Pública e ao apoio a populações afetadas por catástrofes naturais.

Por sua determinação, os Estados Unidos também se retiraram de organizações internacionais como a UNESCO e anunciaram a saída da Organização Mundial da Saúde. Além disso, deixaram de pagar parte das contribuições devidas à Organização das Nações Unidas (ONU), sendo responsáveis pela maior parcela dos valores em atraso — estimada, recentemente, em cerca de 95% das contribuições pendentes ao orçamento regular da organização.

Trump entra em conflito com os aliados dos EUA na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), acusando-os de não cumprir o artigo 5º do tratado, que exige que os países defendam um membro que seja atacado. Isso é uma falsidade, já que foram os países da OTAN que apoiaram os EUA no Afeganistão, após o ataque sofrido em 11 de setembro de 2001, quando o World Trade Center, na cidade de Nova York, e o Pentágono, do Departamento de Defesa, foram atacados pela Al-Qaeda, o grupo terrorista islâmico.

Posteriormente, em março de 2026, quando os EUA realizaram o primeiro ataque ao Irã, Trump acusou a OTAN de se afastar do conflito, apesar de os EUA não terem consultado seus aliados antes de iniciar a guerra ao lado de Israel. Ao mesmo tempo, ele continua negligenciando

um acordo viável para a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, apesar de ter se gabado publicamente de que sua proximidade com Vladimir Putin resolveria o conflito.

Aparentemente, sem que ele perceba ou admita, a política internacional dos EUA liderada por Trump está claramente incentivando potências como a Rússia e a China a recorrer a um conflito bélico para expandir seu poder em regiões do mundo onde acreditam ter soberania, especialmente quando Trump insiste que lhe cabe intervir nos assuntos internos dos países das Américas.

Na América do Norte, proclama que cabe aos Estados Unidos exercer soberania sobre o Canadá, país que deveria se tornar mais um estado dos EUA. Afirmou que a Groenlândia também deveria ser propriedade dos EUA e não um território autônomo integrante do Reino da Dinamarca.

Na América Latina, também manifestou ambições imperialistas. O Golfo do México deveria ser renomeado Golfo da América, ou seja, dos EUA. Além disso, declarou que deveria ser implementada nas Américas uma nova versão da Doutrina Monroe<sup>1</sup>, que se chamaria “Doutrina Donroe” em homenagem a si mesmo, acrescentando, em relação aos países do continente, que “nós não precisamos deles, são eles que precisam de nós”.

Daí surge a sua agenda para o continente:

Recuperar o Canal do Panamá, lançar ataques militares contra o tráfico de drogas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico. Capturar o presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, e prendê-lo nos EUA. Castigar o Brasil, cujos tribunais puniram o expresidente Jair Bolsonaro, aliado de Trump, por insistir, assim como ele, ter vencido uma eleição que, de fato, perdeu.

Além disso, Trump entrou em conflito com “países de esquerda” como Brasil e Colômbia, comprometidos com a adoção de medidas para mitigar as mudanças climáticas. Por outro lado, apoia aliados de extrema direita como o salvadorenho Nayib Bukele e, sobretudo, o argentino Javier Milei, que recebeu dos EUA um apoio financeiro significativo.

Nos Estados Unidos, Trump empreendeu uma política antimigratória que prejudica muitos residentes de origem latino-americana e seus familiares que recebem ajuda financeira em seus respectivos países, política que também envia estrangeiros residentes nos Estados Unidos para prisões em países como El Salvador.

Com a captura de Maduro, também não houve clareza sobre o que viria a seguir na Venezuela. Em vez de buscar como transferir o poder para o candidato eleito presidente em 28 de julho de 2024 — em uma eleição que Maduro comprovadamente fraudou — candidato que as autoridades internacionais, inclusive norte-americanas, endossaram—, Trump preferiu negociar com a vice-presidente de Maduro, Delcy Rodríguez.

Sua aparente intenção: persuadir o regime chavista, em grande parte mantido no poder após a intervenção de Trump, a entregar recursos petrolíferos da Venezuela aos EUA, em uma manobra que poderia beneficiar economicamente aliados de Trump ou a sua própria família, como já se viu em outras partes do mundo.

## **A Doutrina Monroe**

Para esclarecer os antecedentes históricos, é importante não permitir que Trump interprete a Doutrina Monroe e seus corolários como a intenção dos EUA de estabelecer seu domínio sobre as Américas. É também indispensável não ignorar o que Trump está dizendo e fazendo ao desconsiderar totalmente o papel fundamental que as nações sul-americanas e centro-americanas tiveram, como repúblicas independentes, para a criação da arquitetura institucional do mundo do pós-guerra, ao lado dos EUA e não como adversários.

Para isso, é necessário descrever brevemente o panorama hemisférico que se desenrolou desde as guerras de independência no século 18 até o fim da Segunda Guerra Mundial, dois séculos depois, com a criação de uma nova ordem internacional que surgiu das Américas.

A rebelião das colônias inglesas na América do Norte inspirou os futuros movimentos de independência na América do Sul. A Constituição da Filadélfia, ratificada em 1790, serviu de modelo para líderes que, algumas décadas depois, redigiram constituições nas novas repúblicas ibero-americanas, em um mundo ainda dominado por monarquias e grandes impérios. Em 1808, a invasão de

Napoleão Bonaparte à Espanha forçou a abdicação de Fernando VII e enfraqueceu a autoridade espanhola, criando um vácuo de poder que estimulou movimentos de resistência, como os gritos de “Viva o Rei, morte ao mau governo”, e acelerou os processos de independência nas colônias ibero-americanas no início do século 19.

Nos Estados Unidos, foi o secretário de Estado John Quincy Adams quem compreendeu a importância de apoiar outras repúblicas independentes das Américas para preservar também a independência dos Estados Unidos, e não para tentar conquistá-las. Ele convenceu o presidente James Monroe de que era preciso defender as repúblicas ameaçadas pelas monarquias europeias, o que resultou na Doutrina Monroe.

Assim como os Estados Unidos, as ex-colônias ibéricas conseguiram resistir aos ataques das guerras de reconquista. Com isso, criou-se um grupo único no mundo, constituído por nações independentes, que ao mesmo tempo eram repúblicas baseadas no conceito político da soberania popular. Foi o próprio Simón Bolívar quem convidou os EUA para o Congresso Anfictônico do Panamá (1826), onde foi firmada uma aliança para resistir à reconquista das ex-colônias pela Espanha após a restauração do rei Fernando VII, em 1814.

Por sua vez, os Estados Unidos não buscavam, naquela época, o domínio sobre outras nações independentes, mas sim a sua própria

---

***É indispensável não ignorar o que Trump está dizendo ao desconsiderar o papel fundamental que as nações latino-americanas tiveram, como repúblicas independentes, para a criação da arquitetura institucional do mundo do pós-guerra, ao lado dos EUA e não como adversários.***

---

defesa diante da tentativa do Reino da Grã-Bretanha de recuperar a colônia do outro lado do Atlântico.

É verdade que, em meados do século 19, os Estados Unidos incorporaram mais da metade do território mexicano — do Texas à Califórnia — e que, no início do século 20, apoiaram a independência do Panamá da República da Colômbia. Durante a Crise de Bloqueio Naval da Venezuela (1902-1903), o então presidente Theodore Roosevelt criou o “Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe” para impedir que a Venezuela fosse vítima de uma intervenção europeia.<sup>2</sup>

No entanto, é preciso ressaltar que, embora as dimensões sejam diferentes, a construção do “governo do povo, para o povo e pelo povo”, na famosa frase de Lincoln<sup>3</sup>, não foi um processo totalmente concretizado, tanto na América Latina quanto na América do Norte. Desde suas origens, o voto não foi universal, e a continuidade constitucional também foi ameaçada por conflitos regionais ou guerras civis. No final do século 19 e início do século 20, as democracias oligárquicas começaram a se expandir em vários países ibero-americanos. Os EUA também intervieram nos assuntos internos de outras nações do continente para defender seus interesses, até que o presidente Franklin Roosevelt, em 1933, inaugurou sua política de “boa vizinhança”<sup>4</sup>.

O que muitas vezes se esquece é que, ao final da Segunda Guerra Mundial, os países das Américas eram repúblicas independentes que desempenharam um papel fundamental na criação da nova ordem internacional do pós-guerra, liderada pelos Estados Unidos da América.

Na conferência realizada em julho de 1944 em Bretton Woods, New Hampshire, onde foram criados o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, principal instituição do Grupo Banco Mundial), 18 das 44 nações signatárias do documento, ou seja, 40%, eram repúblicas latino-americanas.

O mesmo ocorreu em 1945, em São Francisco, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada por 50 nações, entre as quais figuravam cerca de 20 repúblicas latino-americanas. Esse expressivo

bloco regional foi fundamental para consolidar a influência do hemisfério ocidental na nova ordem mundial do pós-guerra.

Estas instituições multilaterais criadas em 1944 e 1945 e, pouco depois, a Organização dos Estados Americanos (OEA, fundada em 1948) e a OTAN (1949) contribuíram de forma significativa para uma maior estabilidade internacional na segunda metade do século 20.

## **Desafios da democracia no século 21**

A partir da segunda metade dos anos 1980, a maioria dos países latino-americanos que viviam sob regimes militares se tornaram democracias. O continente vive, desde então, o período mais longo de continuidade constitucional de sua história, mas infelizmente não podemos afirmar que a tão esperada estabilidade institucional tenha sido finalmente alcançada.

Desde meados da década de 1980, mais de vinte presidentes latino-americanos não conseguiram concluir seus mandatos. Apesar da erradicação da extrema pobreza em alguns países do continente, entre eles o Brasil, o mal-estar social vem se agravando em alguns países onde setores da classe média emergente se deparam com obstáculos para avançar em sua ascensão social e se veem confrontados a altos graus de vulnerabilidade diante das oscilações dos ciclos econômicos.

No Chile, por exemplo, uma das democracias mais bem-sucedidas do ponto de vista do crescimento econômico nas últimas décadas, ocorreu o ‘Estallido Social’, uma onda de protestos massivos e violentos que eclodiu em Santiago em outubro de 2019, desencadeada por um aumento nas tarifas do metrô, mas que rapidamente se transformou em uma revolta nacional contra a desigualdade social, o alto custo de vida e o modelo econômico do país. Desde então, o país vive um período de relativa instabilidade política, embora a democracia siga vigente.

Mesmo nos Estados Unidos, o esforço recente de uma minoria de origem anglo-saxônica para limitar ou privar imigrantes ou afro-americanos

de seus direitos políticos, particularmente de seus direitos eleitorais, tem provocado uma mobilização popular que não se via desde a época da aprovação das Leis dos Direitos Cívicos (1964-65) e da oposição à guerra do Vietnã (1964-1973).

Nesta terceira década do século 20, estamos certamente diante de complexos desafios sociais e situações de crise que exigem o fortalecimento da democracia como sistema político no continente. Processos constituintes ou de reforma constitucional bem conduzidos são uma contribuição fundamental para alcançar esse objetivo. Isso se aplica em grande medida aos Estados Unidos, onde Donald Trump continua ameaçando o processo democrático, o que também ameaça a estabilidade democrática em outras repúblicas das Américas.

## Notas

- 1 A Doutrina Monroe foi uma das pedras angulares da política externa dos Estados Unidos nos séculos 19 e 20, sintetizada na famosa frase: “A América para os americanos”. Ela foi apresentada pelo presidente James Monroe em seu sétimo discurso anual ao Congresso, no dia 2 de dezembro de 1823 (N.E).
- 2 A ocasião referida foi a Crise do Bloqueio Naval da Venezuela (1902–1903), quando o Reino Unido, a Alemanha e a Itália enviaram navios de guerra para bombardear portos e apreender embarcações venezuelanas como forma de cobrar dívidas externas. Diante do risco de que o controle desses portos se tornasse uma colonização europeia disfarçada, o presidente Theodore Roosevelt agiu como mediador para forçar a retirada das frotas estrangeiras. Logo em seguida, em 1904, ele formalizou o ‘Corolário Roosevelt’, estabelecendo que os Estados Unidos interviriam preventivamente em nações latino-americanas instáveis para garantir a ordem e impedir que potências extracontinentais tivessem pretexto para violar a Doutrina Monroe (N.E).
- 3 A frase que define a democracia como o ‘governo do povo, pelo povo e para o povo’ foi imortalizada por Abraham Lincoln, o 16º presidente dos Estados Unidos. Ela foi o ponto central do seu Discurso de Gettysburg, proferido em 19 de novembro de 1863, durante a Guerra Civil Americana (N.E).
- 4 A Política de Boa Vizinhança, baseada nos princípios da não intervenção e da não ingerência nos assuntos internos dos países latino-americanos, foi lançada por Franklin D. Roosevelt em 1933.